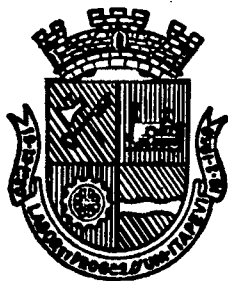


# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

**PROCESSO Nº 007/94**

**PROJETO Nº 007/94**

de Lei

**INTERESSADO** Prefeitura Municipal de Itapevi

**ASSUNTO**

Prorroga prazo a que se refere o § 1º da  
alínea "b" do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.009  
de 26 de dezembro de 1990, que alterou redação da  
da Lei Municipal nº 962, de 11 de maio de 1990, que  
concedeu direito real de uso de imóvel propriedade  
do Município ao Núcleo de Estudos Espíritas "O Se-  
meador."

1185/94



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

## PROJETO DE LEI Nº 007/94

(Prorroga prazo a que se refere o § 1º da alínea "b" do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.009, de 26 de dezembro de 1990, que alterou redação da Lei Municipal nº 962, de 11 de maio de 1990, que concedeu direito real de uso de imóvel propriedade do Município ao Núcleo de Estudos Espíritas "O Semeador")

**JOÃO CARLOS CARAMEZ**, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica prorrogado, pelo período de três (03) anos, contado da data de publicação desta Lei, o prazo a que se refere o § 1º da alínea "b" do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.009, de 26 de dezembro de 1990, que alterou redação da Lei Municipal nº 962, de 11 de maio de 1990, relativa a concessão de direito real de uso de imóvel propriedade do Município ao Núcleo de Estudos Espíritas "O Semeador", atualmente denominado "O Semeador - Instituição de Desenvolvimento Humanitário e Assistência Social".

**Parágrafo Único** Vencido o prazo determinado no **caput** deste artigo e verificada a necessidade, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar nova prorrogação, por igual período, devendo, para tanto, expedir Decreto do qual deverão, obrigatoriamente, constar as devidas considerações.

**Art. 2º** As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, constante do orçamento vigente.



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA  
ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 3º** A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 14 de março de 1994

**JOÃO CARLOS CAMEZ**  
Prefeito

**SÉRGIO BOSSAM**  
Secretário de Negócios Jurídicos



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

**MENSAGEM Nº 05/94**

Itapevi, 14 de março de 1994

Senhor Presidente,

Por intermédio desta, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Augusta Casa, o incluso Projeto de Lei, cujo teor dispõe sobre prorrogação do prazo concedido pela Lei 962, de 11 de maio de 1990, alterado pela Lei 1.009, de 26 de dezembro de 1990, para edificação e funcionamento de orfanato destinado a atender crianças deste Município, pelo Núcleo de Estudos Espíritas "O Semeador", entidade atualmente denominada "O Semeador - Instituição de Desenvolvimento Humanitário e Assistência Social", conforme concessão de direito real de uso de imóvel propriedade do Município, realizada por força do disposto na Lei 962/90, acima mencionada.

Para possibilitar a devida análise da propositura, esclareço que a entidade solicitou prorrogação do prazo em decorrência da data de liberação das verbas geradas para a edificação — dezembro/93 —, advindas de convênio firmado por esta com o Governo do Estado de São Paulo (em anexo, cópia do ofício entregue pela entidade).

Para melhor comprovação da necessidade e viabilidade da prorrogação, este Executivo solicitou a comprovação do alegado, o que foi efetivado pela entrega de cópia do referido convênio, onde consta a data de liberação da primeira parcela da verba, ou seja, quinze dias após a assinatura do instrumento, que ocorreu em 08 de novembro de 1993 (doc. anexo).

Assim sendo, considero que nada obsta seja prorrogado o prazo anteriormente concedido, inclusive por se tratar de obra de relevante interesse para o Município.

A viabilização de nova prorrogação, em igual prazo, por Decreto do Executivo, se faz cabível pela obrigação inserida no texto legal: deverá o prédio estar em funcionamento no período estipulado. Embora se espere cumprida a disposição em tempo hábil, há que se considerar a necessidade de equipar e mobiliar o prédio, medida que impõe alto custo para a entidade e, portanto, não poderá prescindir de maior espaço temporal. A imposição de considerações de necessidade de nova prorrogação, todavia, garante a esse Legislativo o conhecimento do cabimento de Decreto neste sentido.

.../...



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

Certo de estar atendendo, na propositura, real interesse da população, e considerando a necessidade de rápido início nas obras do orfanato em questão, dou à matéria o caráter de urgência, solicitando seja apreciada no menor espaço de tempo possível, conforme prerrogativa concedido pelo disposto no artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Nobres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

**JOÃO CARLOS CARAMEZ**  
Prefeito

**RECEBEMOS**

15

03

94

*Caramez*  
SECRETARIA

Excelentíssimo Senhor

**VALTER FRANCISCO ANTONIO**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Itapevi-SP.

Santana do Parnaíba, 08 de fevereiro de 1994

**EXCELENTÍSSIMO SR. JOÃO CAMEZ**  
**M.D. PREFEITO DO MUNICIPIO DE ITAPEVI**  
Em mãos

Ref.: Convênio 219/93 (D.O.E. de 09/11/93)  
Casa do Menor de Itapevi  
Processo SPG/CIR 0706/93

Excelentíssimo Senhor Prefeito :

Como já é do conhecimento de Vossa Excelência, "**O Semeador - Instituição de Desenvolvimento Humanitário e Assistência Social**", tornou-se, por concessão da Prefeitura Municipal de Itapevi, titular dos direitos reais de uso, pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, de um terreno de 3.000 m<sup>2</sup>, situado na Rua Giacomo Silicani, Jardim Maristela, para nele construir um lar para menores carentes, nos termos do disposto na Lei Municipal n. 962, de 11 de maio de 1.990.

Após ter sido elaborado o primeiro projeto para a construção desse empreendimento, foi o mesmo refeito para adequação às normas do então promulgado Estatuto do Menor, fato este que, aliados a outros, decorrentes da crise econômica, impediu o pronto início das obras programadas.

Por força das dificuldades surgidas para a implantação do projeto, associou-se nossa entidade com o **Rotary Club de Barueri-Alphaville**, somando esforços para a realização dessa obra, instituindo-se, para tal fim, o "Núcleo Rotary de Desenvolvimento Comunitário O Semeador".

Em seguida, foi solicitada a concessão de uma verba ao Governo do Estado de São Paulo, dentro do Plano de Auxílio a

Dra. Alice,

Para recebimento, autuação em  
processo administrativo, jun-  
tada e análise de documentos  
comprobatórios do alegado e  
elaboração de minuta de texto  
legal.

08/02/94,

*[Handwritten signature]*

<b>PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAPEVI</b>	
Protocolo Geral n.	825/94
Processo n.	
registrado no livro	27
Fls.	30
Entrada em	10, 02, 94
<i>[Handwritten signature]</i>	
Encarregado do Protocolo	

Entidades  
Filho, tendo  
favoráveis  
1993, a pri-  
no Diário O-  
atraso ocor-  
face o auxí-

impossibilita-  
entidade, n-  
n.962/90 e  
solicitar de-  
prorrogado  
forma, a fim

Excelência  
esperando  
solicitação,  
atenciosame-

Fls. n.º	03
P.º	823/94
(a)	Dep

Entidades Privadas, criado pelo Sr. Governador Luiz Antonio Fleury Filho, tendo o respectivo processo tramitado com todos os pareceres favoráveis à sua concessão, tendo sido liberada, em 21 de dezembro de 1993, a primeira parcela desse auxílio, nos termos do Convênio publicado no Diário Oficial do Estado do dia 09 de novembro de 1993. Apesar do atraso ocorrido, portanto, hoje a implantação do projeto é uma realidade, face o auxílio concedido pelo Sr. Governador do Estado.

Em resumo, tendo em vista os atrasos ocorridos, que impossibilitaram o cumprimento da obrigação assumida por nossa entidade, no prazo e nas condições fixadas pela referida Lei Municipal n.962/90 e respectiva escritura de concessão, vimos, pela presente, solicitar de Vossa Excelência suas providências no sentido de ser prorrogado o prazo fixado pela citada Lei 962/90, permitindo, desta forma, a finalização dessa obra sem quaisquer outros percalços.

Isto posto, colocando à disposição de Vossa Excelência todos os projetos referentes a esse empreendimento, e esperando contar com o apoio da comunidade de Itapevi para esta solicitação, reiteramos nossos agradecimentos e subscrevemo-nos atenciosamente.

.....  
 O Semeador - Inst.Des.Hum.e Assistência  
 Social

.....  
 Rotary Club de Barueri-Alphaville



Barueri, 03 de março de 1994

Para : Dra. Alice Gonçalves do Nascimento  
Fax : 426-4744

De : Paulo Cesar Silveira de Toledo

Prezada Dra. Alice :

Segue telefax do convênio assinado pelo O Semeador (Rotary Barueri-Alphaville) com o Governo do Estado, objetivando a construção da Casa do Menor de Itapevi. Peço desculpas pela demora na remessa, decorrente do fato do Presidente da entidade, que detinha o contrato, estar viajando. Posteriormente faremos a entrega de xerox do mesmo.

Para os devidos fins, informo que ficou estabelecido que seriam celebrados convênios diversos objetivando as diversas fases da obra, sendo certo que esse primeiro abrange as obras preliminares previstas na cláusula primeira, e estamos aguardando, no momento, a liberação da suplementação necessária para a conclusão dessa etapa da obra.

Informo, ainda, que o Dr. William Navarro, da Secretaria da Integração Regional ( Gabinete do Secretário), colocou-se à disposição do Sr. Prefeito para prestar todas as informações que a respeito se façam necessárias, inclusive no que diz respeito à intenção do Governo em concluir esse empreendimento. O telefone do Dr. William é 820-1555.

Reiterando meus agradecimentos por sua gentileza e paciência, subscrevo-me atentamente.

Atenciosamente,

  
Paulo Cesar S. de Toledo

Paulo Cesar Silveira de Toledo

Calçada dos Cravos, 48

Centro Comercial - Alphaville - Barueri - SP

Fone (011) 421-6000 Fax (011) 725-1180 - CEP 06453-000



# GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONVENIO N.º 239 AB

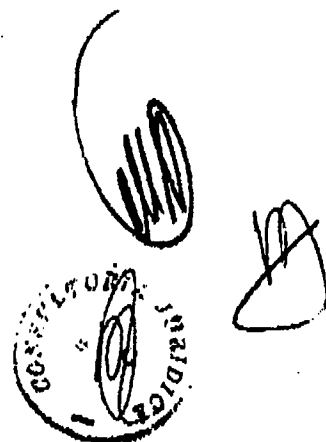
CONVENIO QUE ENTRE SI CELEBRAM  
O ESTADO DE SÃO PAULO, POR  
MEIO DA SECRETARIA DE  
PLANEJAMENTO E GESTÃO, ATRAVÉS  
DE SUA COORDENADORIA DE  
INTEGRAÇÃO REGIONAL, E A  
INSTITUIÇÃO PRIVADA "O  
SEMEADOR" - INSTITUIÇÃO DE  
DESENVOLVIMENTO HUMANITÁRIO E  
ASSISTÊNCIA SOCIAL - SANTANA  
DE PARNAÍBA.

Pelo presente instrumento, o  
Estado de São Paulo, por meio de sua SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
E GESTÃO, neste ato representada por seu Secretário, Doutor  
ERNESTO LOZARDO, conforme autorização do Senhor Governador,  
exarada nos autos do Processo SPG/CIR no. 0706/93, com a  
participação de sua COORDENADORIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL, C.G.C.  
065.517.559/0001-39, representada pelo seu Coordenador, Doutor  
MOACYR ANTONIO FERREIRA RODRIGUES, e a Instituição Privada "O  
SEMEADOR" - INSTITUIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANITÁRIO E  
ASSISTÊNCIA SOCIAL - SANTANA DE PARNAÍBA, neste ato  
representada por seu Diretor Presidente, Senhor LUCIANO GRUBBA  
DA SILVA, concordam em celebrar o presente Convênio, mediante  
as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** Constitui objeto do presente  
Convênio a transferência de recursos financeiros para construção  
parcial da Casa do Menor com 1.200,00m<sup>2</sup>, situada à Rua Giacomo  
Bilicani e Rua 17, no Jardim Maristella em Itapevi, conforme  
projeto às folhas 16/74.

## SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

- SERVIÇOS PRELIMINARES:
  - . levantamento topográfico;
  - . limpeza do terreno.
- MURO DE FECHAMENTO:
  - . 12,00m<sup>3</sup> de fundações;
  - . 16,00m<sup>3</sup> de estruturas;
  - . 469,00m<sup>2</sup> de alvenaria.
- SERVIÇOS TÉCNICOS:
  - . fiscalização da obra;
  - . administração da obra.



Processo SPG/CIR 0706/93

PAG. 1

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Tendo em vista uma melhor adequação dos recursos, o projeto de execução das obras mencionadas poderá ser alterado parcialmente. Para tanto, haverá necessidade de uma prévia autorização do Senhor Coordenador de Integração Regional, fundamentada em manifestação do Setor Técnico desta Coordenadoria.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO:** São executores do presente Convênio:

- a) pelo ESTADO, a SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO/COORDENADORIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL, doravante denominada SPG/CIR;
- b) pela INSTITUIÇÃO, a INSTITUIÇÃO PRIVADA "O SEMEADOR" - INSTITUIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, doravante denominada INSTITUIÇÃO PRIVADA.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES:** Para a execução do presente Convênio a SPG/CIR e a INSTITUIÇÃO terão as seguintes obrigações:

**I - COMETE A SPG/CIR:**

- a. analisar e aprovar a documentação técnica da obra, a documentação administrativa para formalização do processo, as Prestações de Contas dos recursos repassados e os laudos de vistoria técnica;
- b. acompanhar e supervisionar a execução dos serviços referentes à obra, objeto do presente Convênio, ambos de responsabilidade técnica da Instituição;
- c. repassar a Instituição, os recursos alocados em parcelas, de acordo com a CLÁUSULA SEXTA do presente Convênio.

**II - COMETE A INSTITUIÇÃO:**

- a. iniciar o objeto do presente convênio, após o recebimento dos recursos;
- b. executar, direta ou indiretamente, sob sua responsabilidade, o objeto da Cláusula Primeira, nos prazos e nas condições estabelecidas, observando a legislação pertinente, bem como os melhores padrões de qualidade e economia;
- c. no caso do custo da execução das obras mencionadas superar o valor deste Convênio, responsabilizar-se pelo custo adicional;

Processo SPG/CIR 0706/93

PAG. 2

Paulo Cesar Oliveira de Toledo

Calçada dos Cravos, 48

Centro Comercial - Alphaville - Barueri - SP

Fone (011) 421-6000 Fax (011) 725-1180 - CEP 06453-000



# GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

- d. submeter à aprovação da SPG/CIR, com a antecedência necessária, quaisquer alterações que venham a ser feitas nos programas estabelecidos;
- e. colocar à disposição da SPG/CIR a documentação referente à aplicação dos recursos, permitindo a mais ampla fiscalização do desenvolvimento do programa objetivado no ajuste;
- f. prestar contas das aplicações decorrentes deste Convênio, conforme Manual de Orientação cedido pela SPG/CIR, sem prejuízo do atendimento das instruções específicas do Tribunal de Contas.

**CLÁUSULA QUARTA = DO VALOR:** O valor do presente Convênio é de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil cruzeiros reais), de responsabilidade do ESTADO.

**CLÁUSULA QUINTA = DOS RECURSOS:** Os recursos necessários à execução do presente Convênio são originários do Tesouro do ESTADO e irão onerar o Elemento Econômico 4 3 3 1 3 0 - OUTROS AUXÍLIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL, código 029.001.009 - CIR, Categoria de Programação 03.09.021.1.455 - Programa de Implantação de Projetos Especiais - IPE, da dotação orçamentária do corrente exercício da SPG/CIR.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os recursos transferidos pela SPG/CIR à INSTITUIÇÃO, em função deste Convênio, serão depositados em conta vinculada no Banco do Estado de São Paulo S/A ou Nossa Caixa, Nosso Banco, devendo ser aplicados, exclusivamente, na execução do objeto deste Convênio.

## PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) no período correspondente ao intervalo entre a liberação das parcelas e a sua efetiva utilização, deverá a INSTITUIÇÃO PRIVADA aplicar os recursos em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês;
- b) as receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto conviado, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas;



PAG. 3

Processo SPG/CIR 0706/93

Paulo Cesar Biverra de Toledo

Calçada dos Cravos, 48

Centro Comercial - Alphaville - Barueri - SP

Fone (011) 421-6000 Fax (011) 725-1180 - CEP 06453-000



- c) quando da apresentação da Prestação de Contas, tratada na CLAUSULA TERCEIRA, Item II letra "F" a INSTITUIÇÃO anexará o extrato bancário, contendo o movimento diário (histórico) da conta, juntamente com a documentação referente à aplicação das disponibilidades financeiras no mercado de capitais, a ser fornecido pela Instituição Financeira;
- d) o descumprimento do disposto neste parágrafo obrigará a Instituição à reposição ou restituição do numerário equivalente aos rendimentos do mercado financeiro no período, acrescido de correção monetária até a data do efetivo depósito;
- e) as notas fiscais/faturas ou comprovantes de despesas efetuadas serão emitidas em nome da INSTITUIÇÃO PRIVADA, devendo mencionar "CONVENIO SPG/CIR", seguido do número constante do preâmbulo deste instrumento.

**CLAUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:** Os recursos de responsabilidade do ESTADO, serão repassados parceladamente à INSTITUIÇÃO nas seguintes condições:

- 1ª. Parcela: no valor de CR\$ 1.019.326,17 (Um milhão, dezenove mil, trezentos e vinte e seis cruzeiros reais e dezessete centavos), a ser paga em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Convênio.
- 2ª. Parcela: no valor de CR\$ 480.673,83 (Quatrocentos e oitenta mil, seiscentos e setenta e três cruzeiros reais e oitenta e três centavos), em 55 (cinquenta e cinco) dias a partir da liberação da 1ª. parcela.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A(s) parcela(s) será(ão) liberada(s) conforme medição de obras a ser realizada pela SPG/CIR, observado o programado em Cronograma Físico-financeiro (fls. 75), e após 10 (dez) dias da aprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas da SPG/CIR.

**CLAUSULA SETIMA - DA DENUNCIA E DA RESCISÃO:** Este Convênio poderá, a qualquer tempo, ser denunciado, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a faculdade de rescisão, desde que comprovado o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

Processo SPG/CIR 0706/93



PAG. 4



# GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**CLÁUSULA OITAVA = DOS SALDOS FINANCEIROS REMANESCENTES:** Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos através de guia de recolhimento, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração da tomada de contas especial do responsável, providenciada pelo Senhor Coordenador de Integração Regional.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Em caso de dissolução da instituição conveniente, o valor proporcional dos recursos transferidos, serão revertidos à comunidade, através de destinação a entidade filantrópicas ou assistenciais.

**CLÁUSULA NONA = RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO:** Obriga-se a INSTITUIÇÃO, nos casos de não utilização dos recursos para o fim conveniado ou aplicação indevida destes recursos, a devolvê-los, acrescidos de correção monetária, contada a partir da data do seu repasse.

**CLÁUSULA DECIMA = DO PRAZO:** O prazo para a execução do presente Convênio será de 95 (noventa e cinco) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, o presente Convênio poderá ter seu prazo prorrogado, mediante Termo Aditivo e prévia autorização do Senhor Secretário de Planejamento e Gestão, observadas as disposições da Lei Federal No. 8.666, de 21.06.93 e Lei Estadual no. 6.544, de 26.11.89.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA = DO FORO:** Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir dúvidas oriundas da execução deste Convênio, após esgotadas as instâncias administrativas, reservando-se a SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO/COORDENADORIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL, o direito de reter a dotação de recursos que eventualmente for objeto de discussão.



Processo SPG/CIR 0706/93

PAB. 5



# GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

E por estarem de acordo, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas também abaixo assinadas.

São Paulo, 08 de Novembro de 1993.

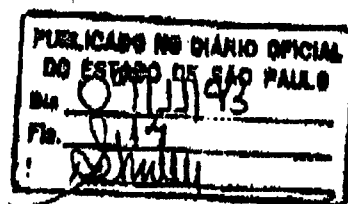
ERNESTO LOZARDO  
Secretário de Estado

MOACYR ANTONIO FERREIRA RODRIGUES  
Coordenador

LUCIANO GRUBBA DA SILVA  
Presidente da Instituição Privada  
"O SEMEADOR" - INSTITUIÇÃO DE  
DESENVOLVIMENTO HUMANITÁRIO E  
ASSISTÊNCIA SOCIAL -  
SANTANA DE PARNAÍBA

## TESTEMUNHAS

NOME: MARIA HELENA BRAGA REIS  
CIC: CIC. 012 105 718.23  
RG: RG. 11.088.804



NOME: MARIA AMÉLIA RAMOS  
CIC: RG: 2.171.345  
RG: CIC: 230.696.885-20



Processo SPG/CIR 0706/93

PAG. 6

Raulo Cesar Silveira de Toledo  
Calçada dos Cravos, 48  
Centro Comercial - Alphaville - Barueri - SP  
Fone (011) 421-6000 Fax (011) 725-1180 - CEP 06453-000



# PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAPEVI

CIDADE DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 962, DE 11 DE MAIO DE 1990.

"Autoriza a concessão de direito real de uso de imóvel ao Núcleo de Estudos Espíritas o SEMEADOR".

DR. JURANDIR SALVARANI, Prefeito do Município de Itapevi,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica desafetado de bem comum do povo passando a integrar à classe de bens dominiais desta Municipalidade, a área de terra designada como sistema de Recreio do Loteamento JARDIM MARISTELA, neste Município, com 3.000 metros quadrados.

ART. 2º - A área ora concedida é da seguinte forma:

DESCRIÇÃO DA ÁREA - Mede 72,60 metros de frente para a Rua 25, (Atual Rua Giacomo Silicani, do lado direito de quem da referida Via Pública olha para o imóvel mede 53,50 metros dividindo com a área "B", do lado esquerdo olhando no mesmo sentido mede 50,00 metros, dividindo com o loteamento Jardim Paulista, nos fundos mede 47,00 metros, dividindo com a Rua 17 encerrando uma área de 3.000 metros quadrados".

ART. 3º - Fica o Poder Executivo a dar em concessão de direito real de uso, pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, à área constante do artigo anterior ao Núcleo de Estudos Espíritas o SEMEADOR, independente de licitação nos termos do artigo 65, parágrafo 1º, do Decreto Lei Complementar nº 09, de 31 de dezembro de 1969.

ART. 4º - Da escritura pública deverá constar ainda, além das restrições que o Executivo houver por bem fazer constar, que o Núcleo deverá estar em pleno funcionamento no prazo de dois anos, sob pena de reversão do imóvel para o Patrimônio Público, sem que a entidade concessionária tenha qualquer direito a indenização, mesmo que por benfeitorias úteis e necessárias por ventura feitas no imóvel.

ART. 5º - Ao final da concessão, o





# PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

imóvel voltará à posse da Municipalidade, incorporando todas as benfeitorias existentes, independentemente do pagamento de indenização.

ART. 6º - Fica revogada em todos os seus termos a Lei nº 814, de 28 de setembro de 1988.

ART. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Itapevi,  
11 de maio de 1990.

DR. JURANDIR SALVARANI  
-Prefeito-

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada no Cartório de Direito do Município e na Secretária Geral da Prefeitura do Município de Itapevi, aos 11 de maio de 1990.

ROSELI RUFFINI  
-Secretária Geral-



Proc 119/90

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

LEI Nº 1.009, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1990.

"Dispõe sobre alteração dos artigos 3º e 4º, da Lei nº 962/90".

DR. JURANDIR SALVARANI, Prefeito do Município de Itapevi,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

ART. 1º - Os artigos 3º e 4º da Lei nº 962/90, de 11/05/90, passam a ter a seguinte redação:

a - "ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a dar em concessão de direito real de uso de imóvel pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, a área constante do artigo anterior ao Núcleo de Estudos Espirítas "O SEMEADOR".

b - "ARTIGO 4º - A concessão de que trata a presente Lei tem como finalidade a construção do prédio para o funcionamento de orfanato destinado à atender crianças órfãs, deste Município, com capacidade para 200 (duzentas) crianças.

§ 1º - Da escritura pública, que será lavrada, além das restrições que o Executivo houver por bem fazer constar, constará obrigatoriamente do Núcleo construir o prédio e colocá-lo em pleno funcionamento no prazo de 03 (três) anos, bem como zelar pelo imóvel dando a destinação específica constante da presente Lei, sob pena de que o mencionado imóvel seja revertido para o Patrimônio Público independentemente de qualquer direito de indenização por parte da concessionária, mesmo que por benfeitorias úteis ou necessárias que tenha realizado no citado imóvel."

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Itapevi, 26 de dezembro de 1990.

DR. JURANDIR SALVARANI  
-Prefeito-



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## Parecer Conjunto das Comissões nº 01 e nº 02 ao Projeto de Lei nº 007/94.

Senhor Presidente:-

O Projeto de Lei nº 007/94, originário do Executivo, prorroga por mais 3(três) anos o prazo constante no § 1º, alínea "b" do artigo 1º da Lei 1009/90, referente à concessão de uma área Municipal ao Núcleo de Estudos Espiritos "O Semeador".

Quanto ao aspecto legal, nada a opor.

Quanto ao mérito a propositura é louvável e merece ser aprovada.

Conclamamos, pois, aos nobres colegas que votem pela aprovação da matéria.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 15 de março de 1.994.-

### Comissão I

Dr. Hermogenez José Sant'Anna

João Ferreira do Monte

Dra Maria Ruth Banhoizer

Lafajete Rodrigues

Jadim Francisco de Souza

### Comissão II

Laerte Casagrande

Sérgio Montanheiro

Geone Xavier Pereira

Manoel Viana Filho

Vital Ponciano dos Reis



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## A U T O G R A F O Nº 005/94

### (Projeto de Lei nº 007/94-DO EXECUTIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:-

"Prorroga prazo a que se refere o § 1º da alínea "b" do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.009, de 26 de dezembro de 1990, que alterou redação da Lei Municipal nº 962, de 11 de maio de 1990, que concedeu direito real de uso de imóvel propriedade do Município ao Núcleo de Estudos Espíritas "O Semeador."

Art.1º - Fica prorrogado, pelo período de três (03) anos, contado da data de publicação desta Lei, o prazo a que se refere o § 1º da alínea "b" do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.009, de dezembro de 1990, que alterou redação da Lei Municipal nº 962, de 11 de maio de 1990, relativa a concessão de direito real de uso de imóvel propriedade do Município ao Núcleo de Estudos Espíritas "O Semeador - Instituição de Desenvolvimento Humanitário e Assistência Social."

Parágrafo Único - Vencido o prazo determinado no caput deste artigo e verificada a necessidade, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar nova prorrogação, por igual período, devendo, para tanto, expedir Decreto do qual deverão, obrigatoriamente, constar as devidas considerações.

Art.2º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, constante do orçamento vigente.

Art.3º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi,

16 de março de 1.994.-

NORMA LÚCIA R. DE SOUZA

1ª Secretária

VALTER FRANCISCO ANTÔNIO

Presidente



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

IIAPEVI CIDADE ESPERANÇA  
ESTADO DE SÃO PAULO

## LEI Nº 1.188, DE 16 DE MARÇO DE 1994

(Prorroga prazo a que se refere o § 1º da alínea "b" do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.009, de 26 de dezembro de 1990, que alterou redação da Lei Municipal nº 962, de 11 de maio de 1990, que concedeu direito real de uso de imóvel propriedade do Município ao Núcleo de Estudos Espíritas "O Semeador")

**JOÃO CARLOS CARAMEZ**, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica prorrogado, pelo período de três (03) anos, contado da data de publicação desta Lei, o prazo a que se refere o § 1º da alínea "b" do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.009, de 26 de dezembro de 1990, que alterou redação da Lei Municipal nº 962, de 11 de maio de 1990, relativa a concessão de direito real de uso de imóvel propriedade do Município ao Núcleo de Estudos Espíritas "O Semeador", atualmente denominado "O Semeador - Instituição de Desenvolvimento Humanitário e Assistência Social".

**Parágrafo Único** Vencido o prazo de terminado no caput deste artigo e verificada a necessidade, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar nova prorrogação, por igual período, devendo, para tanto, expedir Decreto, no qual fará constar, obrigatoriamente, as considerações devidas.

**Art. 2º** As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, constante do orçamento vigente.



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA  
ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 3º** A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 16 de março de 1994

**JOÃO CARLOS CAMEZ**  
Prefeito

**SÉRGIO BOSSAM**  
Secretário de Negócios Jurídicos

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, aos 16 de março de 1994.

**JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE**  
Chefe de Gabinete